



Maio/2012

**Concurso Público para provimento de cargos de  
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado  
Especialidade Biblioteconomia**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

**Economia religiosa**

Concordo plenamente com Dom Tarcísio Scaramussa, da CNBB, quando ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo. A declaração do prelado vem como crítica à professora de uma escola pública de Minas Gerais que hostilizou um aluno ateu que se recusara a rezar o pai-nosso em sua aula.

É uma boa ocasião para discutir o ensino religioso na rede pública, do qual a CNBB é entusiasta. Como ateu, não abraço nenhuma religião, mas, como liberal, não pretendo que todos pensem do mesmo modo. Admitamos, para efeitos de argumentação, que seja do interesse do Estado que os jovens sejam desde cedo expostos ao ensino religioso. Deve-se então perguntar se essa é uma tarefa que cabe à escola pública ou se as próprias organizações são capazes de supri-la, com seus programas de catequese, escolas dominicais etc.

A minha impressão é a de que não faltam oportunidades para conhecer as mais diversas mensagens religiosas, onipresentes em rádios, TVs e também nas ruas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem mais templos (algo em torno de 4.000) do que escolas públicas (cerca de 1.700). Creio que aqui vale a regra econômica, segundo a qual o Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.

Outro ponto importante é o dos custos. Não me parece que faça muito sentido gastar recursos com professores de religião, quando faltam os de matemática, português etc. Ao contrário do que se dá com a religião, é difícil aprender física na esquina.

Até 1997, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação acertadamente estabelecia que o ensino religioso nas escolas oficiais não poderia representar ônus para os cofres públicos. A bancada religiosa emendou a lei para empurrar essa conta para o Estado. Não deixa de ser um caso de esmola com o chapéu alheio.

(Hélio Schwartzman. **Folha de S. Paulo**, 06/04/2012)

1. No que diz respeito ao ensino religioso na escola pública, o autor mantém-se
- (A) esquivo, pois arrola tanto argumentos que defendem a obrigatoriedade como o caráter facultativo da implementação desse ensino.
  - (B) intransigente, uma vez que enumera uma série de razões morais para que se proíba o Estado de legislar sobre quaisquer matérias religiosas.
  - (C) pragmático, já que na base de sua argumentação contra o ensino religioso na escola pública estão razões de ordem jurídica e econômica.
  - (D) intolerante, dado que deixa de reconhecer, como ateu declarado, o direito que têm as pessoas de decidir sobre essa matéria.
  - (E) prudente, pois evita pronunciar-se a favor da obrigatoriedade desse ensino, lembrando que ele já vem sendo ministrado por muitas entidades.

2. Atente para estas afirmações:

- I. Ao se declarar um cidadão ao mesmo tempo ateu e liberal, o autor enaltece essa sua dupla condição pessoal valendo-se do exemplo da própria CNBB.
- II. A falta de oportunidade para se acessarem mensagens religiosas poderia ser suprida, segundo o autor, pela criação de redes de comunicação voltadas para esse fim.
- III. Nos dois últimos parágrafos, o autor mostra não reconhecer nem legitimidade nem prioridade para a implementação do ensino religioso na escola pública.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Pode-se inferir, com base numa afirmação do texto, que

- (A) o ensino religioso demanda profissionais altamente qualificados, que o Estado não teria como contratar.
- (B) a bancada religiosa, tal como qualificada no último parágrafo, partilha do mesmo radicalismo de Dom Tarcísio Scaramussa.
- (C) as instituições públicas de ensino devem complementar o que já fazem os templos, a exemplo do que ocorre na cidade de São Paulo.
- (D) o aprendizado de uma religião não requer instrução tão especializada como a que exigem as ciências exatas.
- (E) os membros da bancada religiosa, sobretudo os liberais, buscam favorecer o setor privado na implementação do ensino religioso.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente um segmento em:

- (A) *A declaração do prelado vem como crítica* (1º parágrafo) = o pronunciamento do dignitário eclesiástico surge como censura
- (B) *Admitamos, para efeitos de argumentação* (2º parágrafo) = Consignemos, a fim de especulação
- (C) *sejam desde cedo expostos ao ensino religioso* (2º parágrafo) = venham prematuramente a expor-se no ensino clerical
- (D) *onipresentes em rádios* (3º parágrafo) = discriminadas por emissoras de rádio
- (E) *não poderia representar ônus* (5º parágrafo) = implicaria que se acarretasse prejuízo



5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto: O articulista da **Folha de S. Paulo**
- (A) propugna de que tanto o liberalismo quanto o ateísmo podem convergir, para propiciar a questão do ensino público da religião.
- (B) defende a tese de que não cabe ao Estado, inclusive por razões econômicas, promover o ensino religioso nas escolas públicas.
- (C) propõe que se estenda à bancada religiosa a decisão de aceitar ou rejeitar, segundo seus interesses, o ensino privado da religião.
- (D) argumenta que no caso do ensino religioso, acatado pelos liberais, não se trata de ser a favor ou contra, mas arguir a real competência.
- (E) insinua que o ensino público da religião já se faz a contento, por que as emissoras de comunicação intentam-no em grande escala.
- 
6. A concordância verbal está plenamente observada na frase:
- (A) Provocam muitas polêmicas, entre crentes e materialistas, o posicionamento de alguns religiosos e parlamentares acerca da educação religiosa nas escolas públicas.
- (B) Sempre deverão haver bons motivos, junto àqueles que são contra a obrigatoriedade do ensino religioso, para se reservar essa prática a setores da iniciativa privada.
- (C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem nos altos custos econômicos que acarretarão tal medida.
- (D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem com o número de escolas públicas.
- (E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.
- 
7. *O Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.*
- A nova redação da frase acima estará correta caso se substitua o elemento sublinhado por
- (A) a que o setor privado já vem colaborando.
- (B) com as quais o setor privado já vem cuidando.
- (C) nas quais o setor privado já vem interferindo.
- (D) em cujas o setor privado já vem demonstrando interesse.
- (E) pelas quais o setor privado já vem administrando.
- 
8. (...) *ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo.*
- Mantém-se, corretamente, o sentido da frase acima substituindo-se o segmento sublinhado por:
- (A) nem impor a alguém que reze, nem impedi-la de fazer o mesmo.
- (B) deixar de obrigar uma pessoa a rezar, ou lhe proibir de o fazer.
- (C) seja obrigar que uma pessoa reze, ou mesmo que o deixe de o praticar.
- (D) coagir alguém a que reze, ou impedi-lo de o fazer.
- (E) forçar uma pessoa para que reze, ou não fazê-la de modo algum.
- 
9. A pontuação está plenamente adequada no período:
- (A) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas; há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (B) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço, que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (C) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso, deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas, há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação: que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (D) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro, ou fora, das escolas públicas; há quem não admita interferência, do Estado, nas questões de fé; como há quem lembre a obrigação, que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (E) Muito se debate, nos dias de hoje acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação, que ele tem de orientar as crianças, em idade escolar.
- 
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Sempre haverá quem rejeite a interferência do Estado nas questões religiosas**, mantendo-se a correta correlação entre tempos e modos verbais, ela ficará:
- (A) Terá havido sempre quem tem rejeitado que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (B) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre haverá de ser rejeitada por alguém.
- (C) Sempre haverá de ter quem rejeite que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (D) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre tem encontrado quem a rejeita.
- (E) As questões religiosas sempre haverão de rejeitar que o Estado venha a interferir nelas.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Para fazer um trabalho, um professor vai dividir os seus 86 alunos em 15 grupos, alguns formados por cinco, outros formados por seis alunos. Dessa forma, sendo C o número de grupos formados por cinco e S o número de grupos formados por seis alunos, o produto C·S será igual a
- (A) 56.
  - (B) 54.
  - (C) 50.
  - (D) 44.
  - (E) 36.

12. Uma faculdade possui cinco salas equipadas para a projeção de filmes (I, II, III, IV e V). As salas I e II têm capacidade para 200 pessoas e as salas III, IV e V, para 100 pessoas. Durante um festival de cinema, as cinco salas serão usadas para a projeção do mesmo filme. Os alunos serão distribuídos entre elas conforme a ordem de chegada, seguindo o padrão descrito abaixo:

1<sup>a</sup> pessoa: sala I  
2<sup>a</sup> pessoa: sala III  
3<sup>a</sup> pessoa: sala II  
4<sup>a</sup> pessoa: sala IV  
5<sup>a</sup> pessoa: sala I  
6<sup>a</sup> pessoa: sala V  
7<sup>a</sup> pessoa: sala II

A partir da 8<sup>a</sup> pessoa, o padrão se repete (I, III, II, IV, I, V, II...). Nessas condições, a 496<sup>a</sup> pessoa a chegar assistirá ao filme na sala

- (A) V.
  - (B) IV.
  - (C) III.
  - (D) II.
  - (E) I.
13. Em um determinado ano, o mês de abril, que possui um total de 30 dias, teve mais domingos do que sábados. Nesse ano, o feriado de 1<sup>o</sup> de maio ocorreu numa
- (A) segunda-feira.
  - (B) terça-feira.
  - (C) quarta-feira.
  - (D) quinta-feira.
  - (E) sexta-feira.



14. Em um torneio de futebol, as equipes ganham 3 pontos por vitória, 1 ponto por empate e nenhum ponto em caso de derrota. Na 1ª fase desse torneio, as equipes são divididas em grupos de quatro, realizando um total de seis jogos (dois contra cada um dos outros três times do grupo). Classificam-se para a 2ª fase as duas equipes com o maior número de pontos. Em caso de empate no número de pontos entre duas equipes, prevalece aquela com o maior número de vitórias.

A tabela resume o desempenho dos times de um dos grupos do torneio, após cada um ter disputado cinco jogos.

Equipe	Jogos realizados	Vitórias	Empates	Derrotas
Arranca Toco	5	3	1	1
Bola Murcha	5	2	0	3
Canela Fina	5	1	3	1
Espanta Sapo	5	1	2	2

Sabendo que, na última rodada desse grupo, serão realizados os jogos Arranca Toco X Espanta Sapo e Bola Murcha X Canela Fina, avalie as afirmações a seguir.

- I. A equipe Arranca Toco já está classificada para a 2ª fase, independentemente dos resultados da última rodada.
- II. Para que a equipe Canela Fina se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.
- III. Para que a equipe Espanta Sapo se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

15. Em um edifício, 40% dos condôminos são homens e 60% são mulheres. Dentre os homens, 80% são favoráveis à construção de uma quadra de futebol. Para que a construção seja aprovada, pelo menos a metade dos condôminos deve ser a favor. Supondo que nenhum homem mude de opinião, para que a construção seja aprovada, o percentual de mulheres favoráveis deve ser, no mínimo,

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 30%.
- (D) 35%.
- (E) 50%.

**Noções de Gestão Pública**

16. O processo de monitoramento de programas de governo pressupõe
- (A) o acompanhamento contábil da implantação do programa, com relatórios semanais.
  - (B) uma checagem diária das condições formais da organização, em termos de qualificação dos recursos humanos.
  - (C) o acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas.
  - (D) avaliações executadas por instituições externas, com pesquisas que procurem responder a perguntas específicas.
  - (E) a construção de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas.
- 
17. Como uma das dimensões do Estado contemporâneo empreendedor, o princípio da desconcentração se efetiva por meio
- (A) da racionalização de custos de empresas públicas.
  - (B) da delegação de competências.
  - (C) da coordenação intersetorial de programas.
  - (D) do planejamento estratégico situacional.
  - (E) da reengenharia de processos na administração direta.
- 
18. Com relação às características inovadoras do Plano Plurianual – PPA no ciclo orçamentário brasileiro, considere:
- I. É aprovado por lei anual, sujeita a prazos e ritos ordinários de tramitação. Tem vigência do primeiro ano de um mandato presidencial até o último ano do respectivo mandato.
  - II. O PPA é dividido em planos de ações, e cada plano deverá conter indicadores que representem a situação que o plano visa a alterar, necessidade de bens e serviços para a correta efetivação do previsto, ações não previstas no orçamento da União e regionalização do plano.
  - III. Os programas não serão executados por uma unidade responsável competente, pois durante a execução dos trabalhos várias unidades da esfera pública serão envolvidas.
  - IV. O PPA prevê que sempre se deva buscar a integração das várias esferas do poder público (federal, estadual e municipal), e também destas com o setor privado.
  - V. Prevê a atuação do governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
  - (B) I e III.
  - (C) II, IV e V.
  - (D) III, IV, e V.
  - (E) II e IV.
- 
19. O estilo tradicional de direção (Teoria X) está apoiado numa concepção da natureza humana que enfatiza
- (A) o caráter egocêntrico dos homens e a oposição entre os objetivos pessoais e os objetivos da organização.
  - (B) o caráter naturalmente empreendedor e ativo dos homens quando motivados por objetivos organizacionais ambiciosos.
  - (C) a natureza independente, a predisposição ao autocontrole e facilidade ao comportamento disciplinado.
  - (D) a capacidade de imaginação e de criatividade na solução de problemas como atributo comum à maioria dos homens.
  - (E) a responsabilidade da administração em proporcionar condições para que as pessoas reconheçam e desenvolvam suas potencialidades.
- 
20. O comportamento ético na gestão pública exige que se valorize
- (A) a presteza acima da formalidade legal.
  - (B) a eficiência mais do que a eficácia.
  - (C) o consenso acima do conflito.
  - (D) o interesse público antes dos interesses privados.
  - (E) a impessoalidade contra a afabilidade.



### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Em relação à Documentação, considere:

- I. A área consolidou-se como um conjunto de técnicas de representação de conteúdos de documentos em suas diversas tipologias e em qualquer suporte, visando à recuperação, ao acesso e ao uso destes conteúdos.
- II. Há um eixo evolutivo que liga biblioteconomia, documentação e ciência da informação, sendo que a documentação veio substituir a biblioteconomia e foi substituída pela ciência da informação.
- III. Como um novo paradigma informacional, a documentação deslocou o foco de autores e coleções para o usuário, incluindo-o no processo de produção do conhecimento e de organização e distribuição da informação.
- IV. O ideário de Otlet e La Fontaine sobre o valor e a universalidade da documentação pode ser considerado como origem para a ciência da informação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

22. A ciência da informação apresenta três características gerais que constituem a razão da sua existência e evolução: interdisciplinaridade, ligação inextricável com a tecnologia de informação e participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação.

A afirmativa acima está

- (A) correta; essas dimensões constituem um modelo para a compreensão das questões que a área enfrenta.
- (B) correta; esses enfoques determinam uma prática profissional dinâmica e centrada na organização e recuperação do acervo.
- (C) incorreta; a área tem um importante papel a desempenhar devido à sua forte dimensão social e humana que ultrapassa a tecnologia.
- (D) incorreta; a evolução interdisciplinar da área já foi completada, resultando num campo científico constituído e bem delimitado.
- (E) incorreta; o imperativo tecnológico é o determinante da área, impondo a transformação da sociedade na era da informação.

23. O paradigma da biblioteconomia é composto por ideias relacionadas com a biblioteca enquanto instituição social, o que acabou por gerar certos problemas que fragilizaram o próprio modelo conceitual da área. São eles:

- (A) teoria centrada em aspectos cognitivos e compartimentalização da prática.
- (B) sistemas de organização fechados e ausência da avaliação de serviços.
- (C) permanência do tecnicismo e marcada atenção à circulação da informação.
- (D) ênfase excessiva no documento em si e preocupação menor com o usuário.
- (E) falta de conceitos bem estruturados e forte estrutura descentralizada de gestão.

24. O Sistema de Informações do Congresso Nacional oferece acesso a uma série de bases de dados na área jurídica, entre as quais as bases de

- (A) discursos de senadores e da Rede SABI.
- (B) matérias em tramitação e da Rede RVBI.
- (C) recortes de jornais e do Diário Oficial da União.
- (D) legislação federal e da Biblioteca Digital Jurídica.
- (E) periódicos e da Bibliografia Brasileira de Direito.

25. Um operador do direito encontra no *site* do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região um sistema de informação jurídica interpretativa que oferece

- (A) a epígrafe de leis.
- (B) a referência de livros.
- (C) o inteiro teor de acórdãos.
- (D) a ementa de normas jurídicas.
- (E) o texto completo de proposições.

26. A Classificação Decimal Universal utiliza um recurso chamado intercalação que permite ao classificador mudar a ordem de citação das facetas de acordo com a ênfase que deseja dar a um conjunto de obras. Por exemplo, esse recurso permite que

- (A) os auxiliares comuns dependentes possam assumir uma posição invertida com a notação principal.
- (B) as subdivisões auxiliares especiais com ponto zero sejam inseridas nas subdivisões diretas de uma classe ou subclasse.
- (C) os sinais de ordenação e de subgrupamento possam ser deslocados ao longo da notação principal ou auxiliar.
- (D) os sinais de coordenação e de extensão sejam empregados entre classes principais e entre subdivisões auxiliares independentes.
- (E) as subdivisões auxiliares de lugar e de tempo possam ser usadas como infixos em qualquer nível de um número principal.

27. Existe um dispositivo na Classificação Decimal Universal que consiste no uso de uma mesma notação para representar um determinado conceito em mais de um lugar das tabelas. A aplicação desse dispositivo, indicado pelo sinal  $\equiv$ , resulta em uma série exatamente análoga, com os mesmos conceitos expressos por uma mesma sequência de algarismos. Esse dispositivo é conhecido por

- (A) "subdividir como" e significa que o número que segue o sinal pode ser subdividido de maneira semelhante à do número que o antecede.
- (B) "remissiva ver também" e denota conceitos específicos e recorrentes no âmbito do conceito mais geral discriminado pelo sinal.
- (C) "hospitalidade" e possibilita a repetição de subdivisões sempre que o sinal está indicado sem alterar o valor original da sequência de notações.
- (D) "divisão paralela" e indica que o número que precede o sinal pode ser subdividido de maneira semelhante à do número que o segue.
- (E) "extensibilidade" e reproduz os números que aparecem após o sinal para recombinação ou síntese de conceitos em outra classe.



28. O avanço apresentado pela Classificação Decimal Universal em relação à Classificação Decimal de Dewey se deve, basicamente, a três fatores:

- I. a possibilidade de representar assuntos complexos por meio de mecanismos de combinação;
- II. a incorporação da análise por facetas;
- III. a adoção do princípio da divisão do conhecimento em disciplinas.

O que consta em

- (A) I, II e III está correto; esses três fatores representaram importantes inovações e um grande diferencial no desenvolvimento da CDU frente à CDD.
- (B) I está incorreto; trata-se, na verdade, do aumento da capacidade de síntese, em que é possível relacionar assuntos que estão em classes diferentes.
- (C) II está incorreto; na realidade, a análise por facetas é um recurso utilizado por ambas as classificações em um nível bastante desenvolvido.
- (D) III está incorreto; de fato, as duas classificações são baseadas em disciplinas, as quais correspondem aos grandes ramos do conhecimento.
- (E) I, II e III está incorreto; o avanço da CDU se deu graças à criação dos auxiliares especiais, do mecanismo de inversão e do conceito de relação.

29. Em relação à Classificação Decimal Universal, considere:

- I. Os auxiliares comuns assumem significados diversos dentro das tabelas principais, conforme o contexto em que aparecem.
- II. As subdivisões auxiliares comuns dividem-se em dependentes e independentes. Os independentes são assim chamados porque podem ser empregados sozinhos para formar um número de classificação para um documento.
- III. Os auxiliares comuns e especiais são usados para construir números de classificação compostos. Esses números são sempre construídos por meio da síntese de elementos de mais de um lugar das tabelas.
- IV. Os auxiliares com função de coordenação, extensão, relação e ordenação podem ser empregados com qualquer número das tabelas e até mesmo em inversão com a notação principal, tomando a posição de primeiro ponto de acesso ao conteúdo dos documentos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

30. A análise documentária compreende as seguintes etapas básicas:

- análise – leitura e segmentação do texto;
- síntese – construção do texto documentário com os conceitos selecionados;
- representação – condensação do texto original e determinação de palavras-chave como produtos documentários.

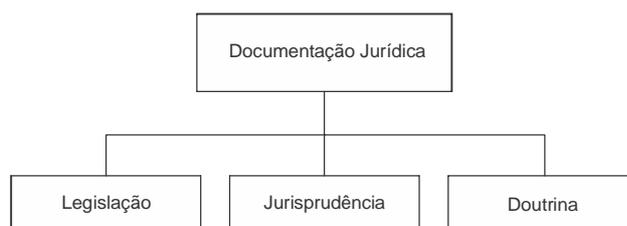
É possível concluir que na etapa de

- (A) síntese são gerados diferentes tipos de resumo e de índice.
- (B) análise ocorre a identificação e a seleção de conceitos.
- (C) representação se dá a determinação do assunto do texto.
- (D) representação se processa a validação dos conceitos para recuperação.
- (E) análise é realizada a tradução de conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.

31. A construção de linguagens documentárias envolve dois procedimentos principais: a seleção de termos que devem integrar o vocabulário e o estabelecimento de uma estrutura para os termos. O segundo tem por objetivo a

- (A) apresentação do sistema de conceitos por meio de listas estruturadas ou de representações gráficas.
- (B) reunião de um léxico compatível com o empregado pelos usuários na recuperação da informação.
- (C) satisfação das necessidades e prioridades da unidade de informação.
- (D) análise da literatura, a consulta a especialistas e a realimentação do usuário.
- (E) eliminação da ambiguidade, o controle de sinônimos e a determinação de relações semânticas.

32. A figura a seguir ilustra as relações existentes entre um grupo de conceitos.



Trata-se de uma relação

- (A) genérica, que indica a relação entre uma classe (termo genérico ou termo de topo) e os seus elementos (termos específicos).
- (B) associativa, em que há uma conexão semântica ou contextual entre conceitos que não pertencem à mesma estrutura hierárquica.
- (C) partitiva, em que o conceito superordenado representa o todo e os subordinados representam as partes desse todo.
- (D) de coordenação, que indica os diferentes termos relacionados entre si que representam o mesmo conceito.
- (E) de denominação, que mostra os conceitos que constituem um conceito mais amplo em um determinado contexto.



<p>33. A NBR 12676 tem por objetivo orientar</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. o exame de documentos, a determinação de seus assuntos e a seleção de termos de indexação;</li> <li>II. a fase de preparação de resumos; e</li> <li>III. a tradução dos pedidos dos usuários para os termos de uma linguagem de indexação.</li> </ol> <p>O que consta em</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) I, II e III está correto; a norma se aplica a serviços de indexação independentes e a serviços de indexação em rede.</li> <li>(B) I, II e III está incorreto; a norma fixa as diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues.</li> <li>(C) I está incorreto; a norma orienta apenas os estágios preliminares da indexação, como a compreensão do conteúdo do documento.</li> <li>(D) II está incorreto; a norma não abrange a elaboração de resumos, que são objeto da NBR-6028.</li> <li>(E) III está incorreto; a norma orienta a tradução de conceitos para os termos de uma linguagem de indexação.</li> </ol>	<p>36. O AACR2 prevê regras para a escolha da entrada principal no caso de obras sob a responsabilidade de uma única pessoa ou entidade, obras de responsabilidade compartilhada e obras de responsabilidade mista. Uma obra de responsabilidade compartilhada é aquela</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) cujo conteúdo intelectual ou artístico recebeu contribuição de diversas pessoas ou entidades, desempenhando diferentes tipos de atividade, como as de escritor, adaptador e tradutor.</li> <li>(B) produzida pela colaboração de duas ou mais pessoas ou entidades que realizam o mesmo tipo de atividade, como monografias, coletâneas, correspondência e debates.</li> <li>(C) para a qual diversas pessoas ou entidades deram diferentes tipos de contribuição, por exemplo, obras em que colaboraram um escritor e um artista e obras que relatam entrevistas.</li> <li>(D) que passou por modificações que alteraram substancialmente a natureza e o conteúdo da obra original, por exemplo, versão em outra forma literária, paráfrase e adaptação para crianças.</li> <li>(E) originada da atividade coletiva de uma organização ou grupo de pessoas que se identificam por determinado nome e agem como um todo, como as obras que registram o pensamento coletivo.</li> </ol>
<p>34. Informar finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento original caracteriza o resumo</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) crítico.</li> <li>(B) indicativo.</li> <li>(C) descritivo.</li> <li>(D) analítico.</li> <li>(E) informativo.</li> </ol>	<p>37. O controle bibliográfico tem por finalidade a acessibilidade bibliográfica e a acessibilidade física de documentos. É possível concluir, então, que o controle bibliográfico na área jurídica sustenta-se em dois importantes instrumentos. São Eles:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. a Bibliografia Brasileira de Direito, que garante acessibilidade bibliográfica e</li> <li>II. a Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional, que oferece acessibilidade física.</li> </ol> <p>O que consta em</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) I e II está correto; esses instrumentos asseguram a preservação da memória documentária jurídica e a obtenção do documento.</li> <li>(B) I está incorreto; a Bibliografia Brasileira de Direito apenas identifica os documentos sem garantir a sua acessibilidade bibliográfica.</li> <li>(C) II está incorreto; a Rede Virtual assegura não apenas o acesso aos documentos, como também a localização dos registros.</li> <li>(D) I e II está incorreto; a Bibliografia Brasileira de Direito oferece acessibilidade física e a Rede Virtual, a acessibilidade bibliográfica.</li> <li>(E) I e II está incorreto; a Rede Virtual é depositária legal das publicações brasileiras e a Bibliografia Brasileira de Direito é seu instrumento de divulgação.</li> </ol>
<p>35. As revisões feitas ao capítulo 9 (Recursos Eletrônicos) do AACR2 dividem-se em duas categorias:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. alterações para alinhar-se à <i>International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources</i> (ISBD (ER)); e</li> <li>II. alterações para acomodar a natureza específica dos recursos eletrônicos.</li> </ol> <p>Entre as alterações incluídas em cada categoria, encontram-se, respectivamente, a</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) instrução para considerar como publicado todo acesso remoto e algumas categorias de recursos integrados.</li> <li>(B) importância de ressaltar todos os aspectos do item que está sendo descrito e a indicação para dar sempre a data de acesso.</li> <li>(C) introdução de "recurso eletrônico" na designação geral do material e a orientação de que a área 5 é opcional.</li> <li>(D) distinção entre acesso direto e remoto e o uso da terminologia convencional para descrever um suporte físico.</li> <li>(E) inclusão da "área do tipo e extensão do recurso" e a remoção da preferência dada às fontes internas.</li> </ol>	<p>38. A estrutura de um registro MARC é formada por três componentes principais: líder, diretório e campos variáveis, sendo que</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) o líder apresenta entradas de tamanho fixo geradas pelo próprio sistema.</li> <li>(B) o diretório fornece informações para o processamento dos dados do registro.</li> <li>(C) os campos variáveis se dividem em campos de controle e campos de dados.</li> <li>(D) tags dão instruções ao sistema de como processar os dados nos campos.</li> <li>(E) os códigos A, M e O identificam o tipo de informação presente nos campos.</li> </ol>



39. Uma das etapas do planejamento da automação de uma biblioteca é a avaliação de *software*. Nessa etapa, é importante verificar se o *software* oferece, entre outros recursos, arquitetura de rede cliente/servidor, importação e exportação de dados, conectividade total na *Internet*, acesso *online* a catálogos e interface multimídia. Em geral, esses recursos caracterizam os sistemas de

- (A) quarta geração.
- (B) primeira geração.
- (C) segunda geração.
- (D) terceira geração.
- (E) quinta geração.

40. O Diário Oficial da União é publicado em três seções, que divulgam, respectivamente,

- (A) decisões da Presidência da República, atos de interesse dos servidores dos três níveis da administração e pareceres do Advogado-Geral da União.
- (B) disposições legais de caráter geral, atos de autarquias e fundações públicas e tratados, acordos e convenções aprovados pelo Congresso Nacional.
- (C) normas jurídicas resultantes do processo legislativo, estatutos dos Poderes Legislativo e Judiciário e atas dos órgãos dos Poderes da União.
- (D) atos normativos gerais do Poder Executivo, decisões do Poder Judiciário e do Ministério Público da União e instrumentos contratuais da administração pública.
- (E) atos normativos de interesse geral, atos relativos aos servidores da administração pública federal e atos dos governos estaduais e municipais.

**Instruções:** Considere a informação a seguir, para responder às questões de números 41 e 42.

*Segundo a norma brasileira para preparação de guias de bibliotecas, centros de informação e de documentação, a estrutura de um guia de unidade informacional é constituída de elementos essenciais e, quando necessária, acrescida de elementos complementares.*

41. Considera-se elemento complementar

- (A) o tipo de unidade informacional.
- (B) o histórico da unidade informacional.
- (C) a abrangência do acervo: assuntos e tipos de documentos.
- (D) o acesso ao acervo: livre ou restrito.
- (E) o público a que se destina a unidade informacional.

42. A norma referida é a NBR

- (A) 10518, de 2005.
- (B) 6032, de 1989.
- (C) 10520, de 2011.
- (D) 14724, de 2002.
- (E) 6029, de 2006.

43. Segundo a norma brasileira que fixa as condições exigíveis para uniformizar as abreviaturas de títulos de periódicos e publicações seriadas, com o fim de simplificar as referências constantes de bibliografias, citações e legendas bibliográficas, a abreviação do título "Revista da Federação das Academias de Letras" é

- (A) Rev. Feder. Acad. Letr.
- (B) Rev. Feder. Acad-s Letras.
- (C) R. Fed. Acad-s Letras.
- (D) R. Fed. Acad. Letr.
- (E) R. Feder. Acad. Letras.

44. Segundo a norma brasileira que estabelece os requisitos para apresentação de sumário de documentos que exijam visão de conjunto e facilidade de localização das seções e outras partes,

- (A) em publicações periódicas, a posição do sumário pode variar de volume para volume ou de fascículo para fascículo, segundo as necessidades de formatação do conteúdo.
- (B) o sumário é a enumeração de elementos selecionados do texto, tais como datas, ilustrações, exemplos etc, na ordem de sua ocorrência.
- (C) quando houver mais de um volume, o sumário de toda a obra deve ser incluído no primeiro volume.
- (D) o sumário deve ser localizado como último elemento pré-textual.
- (E) constam do sumário tanto os elementos pré-textuais como os pós-textuais.

45. Observe as definições abaixo:

- I. **Autor(es) entidade(s):** Instituição(ões), organização(ões), empresa(s), comitê(s), comissão(ões), evento(s), entre outros, responsável(eis) por publicações em que não se distingue autoria pessoal.
- II. **Editora:** Casa publicadora, pessoa(s) ou instituição responsável pela produção editorial. Conforme o suporte documental, outras denominações são utilizadas: produtora (para imagens em movimento), gravadora (para registros sonoros), entre outras.
- III. **Separata:** Publicação de parte de um trabalho (artigo de periódico, capítulo de livro, colaborações em coletâneas etc.), mantendo exatamente as mesmas características tipográficas e de formatação da obra original, que recebe uma capa, com as respectivas informações que a vinculam ao todo, e a expressão "Separata de" em evidência. As separatas são utilizadas para distribuição pelo próprio autor da parte, ou pelo editor.

Segundo a NBR 6023,

- (A) as definições I, II e III estão corretas.
- (B) apenas as definições I e II estão corretas: a exata manutenção das mesmas características tipográficas e de formatação da obra original não é pré-requisito para constituição de uma separata.
- (C) apenas as definições I e III estão corretas: produtoras e gravadoras não são consideradas editoras.
- (D) apenas as definições II e III estão corretas: publicações realizadas por Comissões devem obrigatoriamente ter o presidente ou coordenador identificado como autor, seguido da expressão "et al".
- (E) as definições I, II e III estão incorretas.



<p>46. Observe a referência abaixo:</p> <p>GOMES, L. G. F. F. <b>Novela e sociedade no Brasil</b>. Niterói: EdUFF, 1998. 137 p., 21 cm. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 15). Bibliografia: p. 131-132. ISBN 85-228-0268-8.</p> <p>Foram acrescentados alguns elementos complementares à referência para melhor identificar o documento. São eles:</p> <p>(A) 21 cm. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 15). Bibliografia: p. 131-132. ISBN 85-228-0268-8.</p> <p>(B) 21 cm. Bibliografia: p. 131-132. ISBN 85-228-0268-8.</p> <p>(C) 137 p., 21 cm. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 15). ISBN 85-228-0268-8.</p> <p>(D) Bibliografia: p. 131-132. ISBN 85-228-0268-8.</p> <p>(E) 137 p., 21 cm. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 15). Bibliografia: p. 131-132. ISBN 85-228-0268-8.</p>	<p>50. Na gestão de unidades de informação, é importante distinguir a diferença entre produtos e serviços. Nesse sentido, sabe-se que</p> <p>(A) os produtos parecem menos complexos que os serviços e o cliente sente-se qualificado para argumentar com o fornecedor.</p> <p>(B) muitas vezes, um cliente que recebeu um serviço insatisfatório jamais retorna, frustrando a tentativa de reverter os efeitos da primeira atuação.</p> <p>(C) é mais fácil a um prestador de serviço atender às expectativas de seu cliente.</p> <p>(D) os serviços raramente exigem o envolvimento do cliente.</p> <p>(E) a área de serviços deve orientar-se pelo capital ou pelo equipamento, enquanto a área industrial orienta-se pelas pessoas.</p>
<p>47. <i>Refere-se à capacidade de o programa, projeto ou serviço atender às reais demandas sociais, isto é, à relevância de suas ações e à sua capacidade de alterar as situações encontradas.</i></p> <p>Elaborada por Maria Christina Barbosa de Almeida, a definição acima apresenta o conceito de</p> <p>(A) eficácia.</p> <p>(B) efetividade.</p> <p>(C) custo-benefício.</p> <p>(D) eficiência.</p> <p>(E) impacto.</p>	<p>51. Segundo seu principal proponente, a Administração Científica tem por fundamento a certeza de que</p> <p>(A) o nível de produção é determinado pelas normas sociais e expectativas que o envolvem.</p> <p>(B) a motivação econômica é secundária na determinação do rendimento do trabalhador.</p> <p>(C) a empresa é uma organização social composta de diversos grupos sociais informais, cuja estrutura nem sempre coincide com a organização formal da empresa.</p> <p>(D) a maior especialização do trabalho não torna, necessariamente, a organização mais eficiente.</p> <p>(E) a prosperidade do empregador não pode existir por muito tempo se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa.</p>
<p>48. As etapas do diagnóstico organizacional que começam com (1) a análise de objetivos, metas e prioridades da unidade de informação; (2) a definição dos objetivos do diagnóstico; e (3) a coleta de dados são, respectivamente, as de</p> <p>(A) definição, implementação e elaboração do projeto.</p> <p>(B) elaboração do projeto, preparação e avaliação.</p> <p>(C) preparação, elaboração do projeto e implementação.</p> <p>(D) definição, implementação e tabulação.</p> <p>(E) definição, elaboração e aplicação do projeto.</p>	<p>52. O princípio de Administração segundo o qual cada grupo de atividade que tem o mesmo objetivo deve ter um só chefe e um só plano é o da</p> <p>(A) centralização.</p> <p>(B) cadeia escalar.</p> <p>(C) unidade de direção.</p> <p>(D) unidade de comando.</p> <p>(E) divisão do trabalho.</p>
<p>49. São muitos os tipos de projeto que podem ser desenvolvidos numa unidade de informação, tais como: estruturação ou reestruturação, formação e desenvolvimento de acervo, tratamento da informação, informatização e modernização. Nesse sentido, quanto maior o conhecimento da realidade social e do contexto em que será aplicado o projeto, maior</p> <p>(A) o seu impacto social.</p> <p>(B) o seu custo operacional.</p> <p>(C) a sua abrangência.</p> <p>(D) a sua probabilidade de sucesso.</p> <p>(E) o seu tempo para implementação.</p>	<p>53. Basicamente, segundo Idalberto Chiavenato, as funções da Administração são: planejamento, organização, direção e</p> <p>(A) controle.</p> <p>(B) avaliação.</p> <p>(C) liderança.</p> <p>(D) informação.</p> <p>(E) designação de pessoal.</p>



54. Segundo a legislação brasileira sobre direito autoral, não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução
- (A) em um só exemplar de uma obra completa, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro.
  - (B) de obras esgotadas sem republicação há mais de dez anos.
  - (C) de obras estrangeiras indisponíveis no mercado nacional.
  - (D) de obras não esgotadas, desde que em ambiente didático e sem intuito de lucro, devendo ser destruídas após a utilização.
  - (E) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros.

55. Considere as afirmações abaixo:

- I. A aplicação da palavra “usuário” àqueles que os serviços de informação são direcionados significa apoiar uma ideia de passividade por parte do público, ou seja, entender que aquele que busca uma unidade de informação qualquer, o faz apenas porque não tem outra alternativa e que, por esse motivo, deve adaptar-se ao sistema da melhor forma possível.
- II. A utilização de *grupos de foco* para obtenção de maior conhecimento sobre os clientes das unidades de informação é uma das alternativas disponíveis para responder à grande limitação das técnicas de observação direta, ou seja, a de se limitarem apenas à observação do comportamento dos clientes quando estes estão em interação direta com o serviço de informação, normalmente no próprio recinto físico onde ela ocorre.
- III. Todos os estudos de usuários podem ser enquadrados no âmbito das preocupações com o *marketing* ou com a gestão da qualidade dos serviços de informação.

Ocorre que

- (A) apenas as afirmações I e III estão corretas; os grupos de foco não respondem à limitação das técnicas de observação direta, pois também dependem de observação do comportamento dos clientes quando estes estão em interação direta com o serviço de informação.
- (B) apenas I e II estão corretas; alguns estudos de usuários foram realizados bem antes que os jargões do *marketing* e das teorias da qualidade pontificassem no panorama da área.
- (C) apenas II e III estão corretas; a palavra “usuário” é apenas um sinônimo da palavra “cliente”.
- (D) as afirmações I, II e III estão corretas.
- (E) as afirmações I, II e III estão incorretas.

56. Um dos grandes desafios no *marketing* da informação é

- (A) adaptar os princípios do *marketing* à área de serviços.
- (B) quebrar as barreiras inconscientes que os profissionais da informação têm em relação ao uso do *marketing* em sua área de atuação.
- (C) convencer os responsáveis pela administração superior da importância das atividades de promoção da informação.
- (D) tornar percebível todo o potencial da própria informação, como recurso necessário seja no ambiente convencional, seja na *Internet*.
- (E) desenvolver na equipe profissional as aptidões necessárias para aplicação dos princípios de *marketing* no ambiente de informação, considerando os produtos tradicionais e os eletrônicos.



57. Em bibliotecas, as atividades de seleção de materiais de informação levam em consideração alguns critérios que abordam o conteúdo dos documentos e outros que enfatizam a adequação ao usuário. Entre os primeiros estão os de
- (A) relevância e interesse.
  - (B) idioma e estilo.
  - (C) autoridade e atualidade.
  - (D) aspectos especiais e contribuição potencial.
  - (E) custo e características físicas.
- 
58. Em bibliotecas da administração pública, aquisições de grandes lotes de livros podem atingir valores substanciais. Quando isto acontece, deve-se abrir um processo de licitação, que tem várias modalidades. A de tomada de preços ocorre entre
- (A) quaisquer interessados que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até a data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
  - (B) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3, pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.
  - (C) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
  - (D) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
  - (E) quaisquer interessados do ramo pertinente ao seu objeto, escolhidos e convidados pela unidade administrativa ou que manifestarem seu interesse até a hora da apresentação das propostas.
- 
59. Um documento formal de política de seleção justifica-se por seu caráter administrativo, de relações públicas e político, a saber:
- I. *administrativo*, ao proporcionar um instrumento para resistência ou gerenciamento dos conflitos e pressões em torno da coleção.
  - II. *político*, com a finalidade de garantir a continuidade dos critérios além da presença física de seus elaboradores.
  - III. *de relações públicas*, ao tornar a biblioteca simpática aos olhos da comunidade.
- Das afirmações apresentadas,
- (A) II está incorreta, pois os critérios de seleção sempre têm continuidade, independentemente da presença física de seus elaboradores.
  - (B) apenas a I está incorreta, uma vez que o caráter administrativo do documento de política não compreende o gerenciamento de conflitos.
  - (C) I e II estão corretas; a afirmação III simplesmente não tem qualquer significado.
  - (D) apenas a II está correta; as afirmações I e III expressam objetivos não contemplados pela política de seleção.
  - (E) apenas a III está correta, pois as definições das afirmativas I e II estão trocadas.
- 
60. Segundo Nice Menezes de Figueiredo,
- (A) a grande maioria, talvez de 90% a 95%, das consultas de referência é de "pronto atendimento" ou do tipo "bater e fugir" e que pode ser respondida em dez minutos ou menos.
  - (B) poucos usuários desejam dos bibliotecários apenas orientação e resposta a consultas fatuais.
  - (C) o serviço de referência cumpre seu objetivo, de forma mais completa, quando é proporcionado a um especialista.
  - (D) no curso da evolução do serviço de referência, na medida em que as bibliotecas e as informações tornaram-se mais especializadas, a técnica de "bater e fugir" passou a ser muito mais utilizada.
  - (E) cada vez mais, os sistemas automatizados funcionam como substitutos dos bibliotecários de referência, cumprindo suas funções de maneira rápida e eficiente.



**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

**Atenção:** Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

*A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca “uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”. O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.*

([http://www.anj.org.br/programas-e-acoes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec](http://www.anj.org.br/programas-e-acoaes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec))

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	